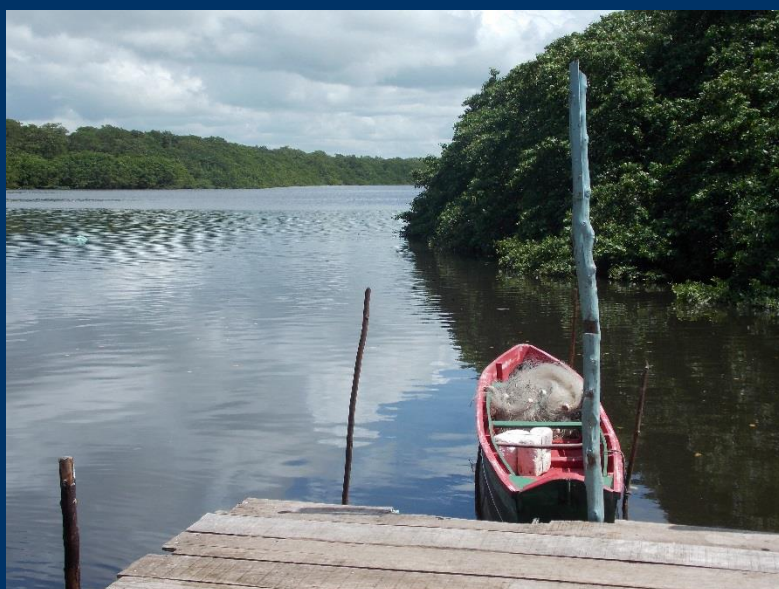


PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA



MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL - MGAS

João Pessoa/PB

Junho, 2017

Relatório Técnico



BID

Banco Interamericano
de Desenvolvimento



PREFEITURA DE
**JOÃO
PESSOA**
PRA VIVER MELHOR

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL
DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**

**MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – MGAS
RELATÓRIO TÉCNICO**

**São Paulo – SP
Junho, 2017**

Permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.

CRÉDITOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Coordenação Unidade Executora do Programa - UEP

Adenilson de Oliveira Ferreira

Secretário do Meio Ambiente

Abelardo Jurema Neto

CONSULTORES

Marisa Teixeira

Rogério Peter de Camargo

SUMÁRIO

1	MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (MGAS)	6
1.1	Sistema de Gestão Ambiental do Programa (SGA)	11
1.2	Avaliação Ambiental, Divulgação e Consulta (AA).....	13
1.2.1	Apresentação	14
1.2.2	Concepção Geral do Projeto.....	14
1.2.3	Concepção Geral das Obras e Intervenções	15
1.2.4	Marco Legal e Institucional	16
1.2.5	Avaliação Ambiental e Social dos Componentes do Projeto	16
1.2.6	Síntese da Qualidade Ambiental do Projeto	17
1.2.7	Divulgação e Consulta Pública	17
1.2.8	Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS	17
1.3	Controle Ambiental de Obras (PCAO)	17
1.3.1	Apresentação e Justificativas.....	17
1.3.2	Objetivos	17
1.3.3	Metas	18
1.3.4	Público-alvo.....	18
1.3.5	Procedimentos e Diretrizes	18
1.3.6	Principais Atividades	19
1.3.7	Indicadores Ambientais.....	24
1.3.8	Recursos Materiais e Humanos	24
1.3.9	Atendimento a Requisitos Legais e/ou outros Requisitos	24
1.3.10	Etapas do Empreendimento	24
1.3.11	Responsável pela Execução.....	24
1.4	Comunicação Social (PCS) e Mecanismo de Gestão de Queixas.....	24
1.4.1	Apresentação	25
1.4.2	Objetivos	25
1.4.3	Abordagem do Programa de Comunicação Social	25
1.4.4	Público-Alvo	26
1.4.5	Recursos de comunicação existentes na Prefeitura Municipal de João Pessoa	26
1.5	Educação Ambiental e Sanitária (PEAS)	31
1.5.1	Introdução	31
1.5.2	Objetivo Geral	31
1.5.3	Estrutura do PEAS	31
1.5.4	Linha de Ação 1 – Educação Ambiental para a proteção dos ativos instalados	32
1.5.5	Linha de Ação 2 - Educação Ambiental Local	32

1.6	TdR Plano de Manejo da Mata do Buraquinho (PMMB)	34
1.6.1	Justificativas e Função	34
1.6.2	Atividades Propostas	34
1.6.3	Responsabilidade pelos custos e execução	36
1.6.4	Responsável pela Execução	36
1.6.5	Cronograma	36
1.7	Proteção e Recuperação do Mangue nas Áreas afetadas (PRM)	36
1.7.1	Responsável pelos Custos e Execução	37
1.8	Gestão de Riscos de Desastres Naturais (PGRD)	37
1.9	Reassentamento de População e Atividades Econômicas - Resumo indicativo do PDRR – 2017	38
1.10	Estimativa de Custos	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa de Custos	40
---------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arranjo Institucional para a Implementação do Programa	7
Figura 2 – Estrutura da Unidade Executora do Programa - UEP	8
Figura 3 – Fluxo de Procedimentos Ambientais do Programa	11

1 MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (MGAS)

Apresentação e Justificativa

Este MGAS está estruturado de modo a atender todas as demandas identificadas neste RAA abrangendo os cuidados e medidas de controle, prevenção e correção, e monitoramento socioambiental relativo à mitigação e/ou compensação dos impactos ambientais adversos ou negativos, bem como a potencialização dos impactos positivos (cuidados e medidas que visam garantir e amplificar os impactos benéficos causados pelo projeto) diagnosticados no âmbito deste estudo ambiental sobre as intervenções projetadas para o Programa João Pessoa Sustentável.

Destina-se também a ser uma ferramenta do Regulamento Operacional do Programa (ROP), estabelecendo os requerimentos e diretrizes para o planejamento, projeto e execução de futuras intervenções, não incluídas na Amostra Representativa do Programa João Pessoa Sustentável. Dessa forma constitui-se num Marco de Gestão para essas futuras intervenções.

Os programas incluídos no MGAS são listados a seguir e detalhados a seguir.

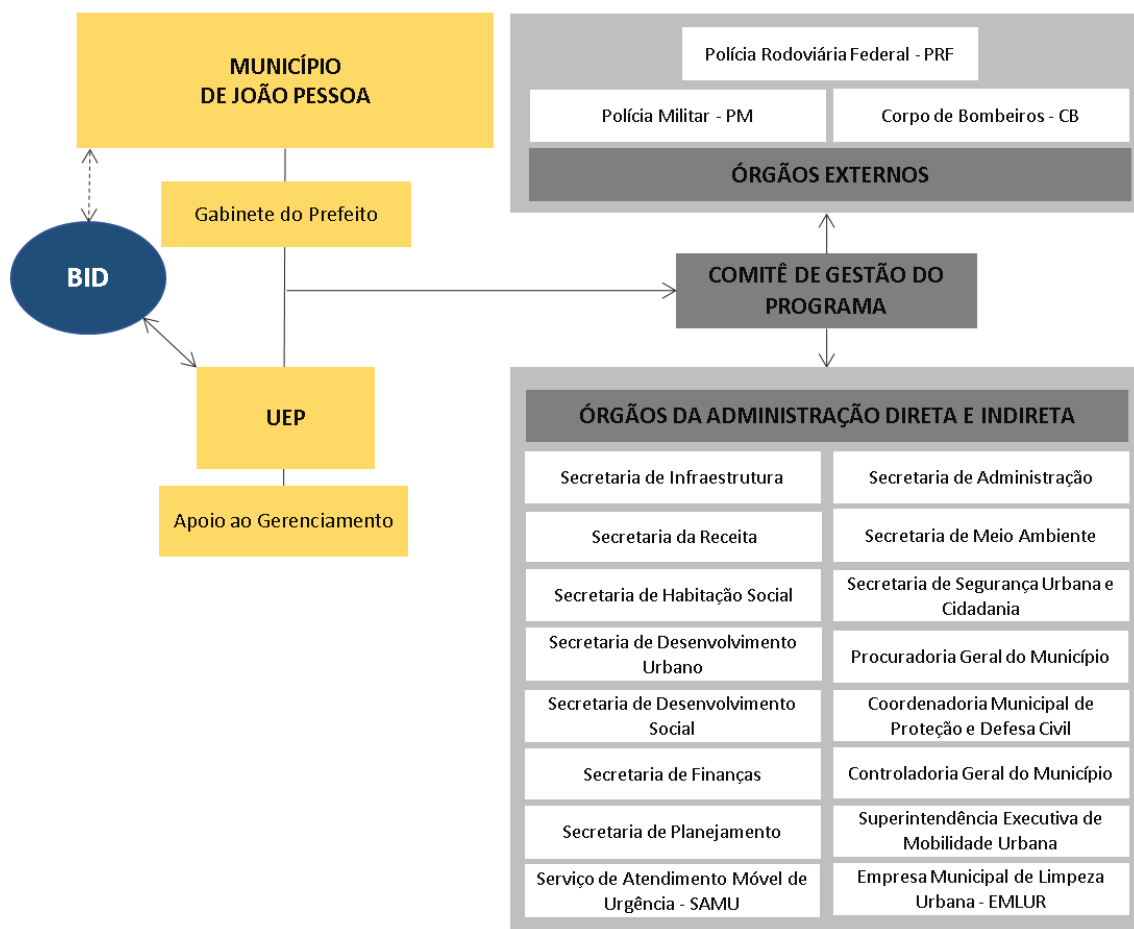
1. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL – SGA
2. AVALIAÇÃO AMBIENTAL, DIVULGAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA – AA
3. CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS - PCAO
4. COMUNICAÇÃO SOCIAL E MECANISMO DE GESTÃO DE QUEIXAS – PCS
5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA – PEAS
6. TDR PLANO DE MANEJO DA MATA DO BURAQUINHO – PMMB
7. PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANGUES NAS ÁREAS AFETADAS – PRM
8. GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS – PGRD
9. REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO - PDDR

As obras previstas no Programa João Pessoa Sustentável estão divididas em: construção de habitações populares para relocação de população residente em área de risco ou de proteção ambiental; obras complementares de infraestrutura para esses conjuntos habitacionais – viário, drenagem, recuperação e estabilização de APP, implantação de equipamentos de uso público.

Para a adequada gestão do programa as relações entre as instituições intervenientes, gestores e construtores está estabelecida no arranjo institucional do Programa, com pode ser visto na figura a seguir.

Figura 1 – Arranjo Institucional para a Implementação do Programa

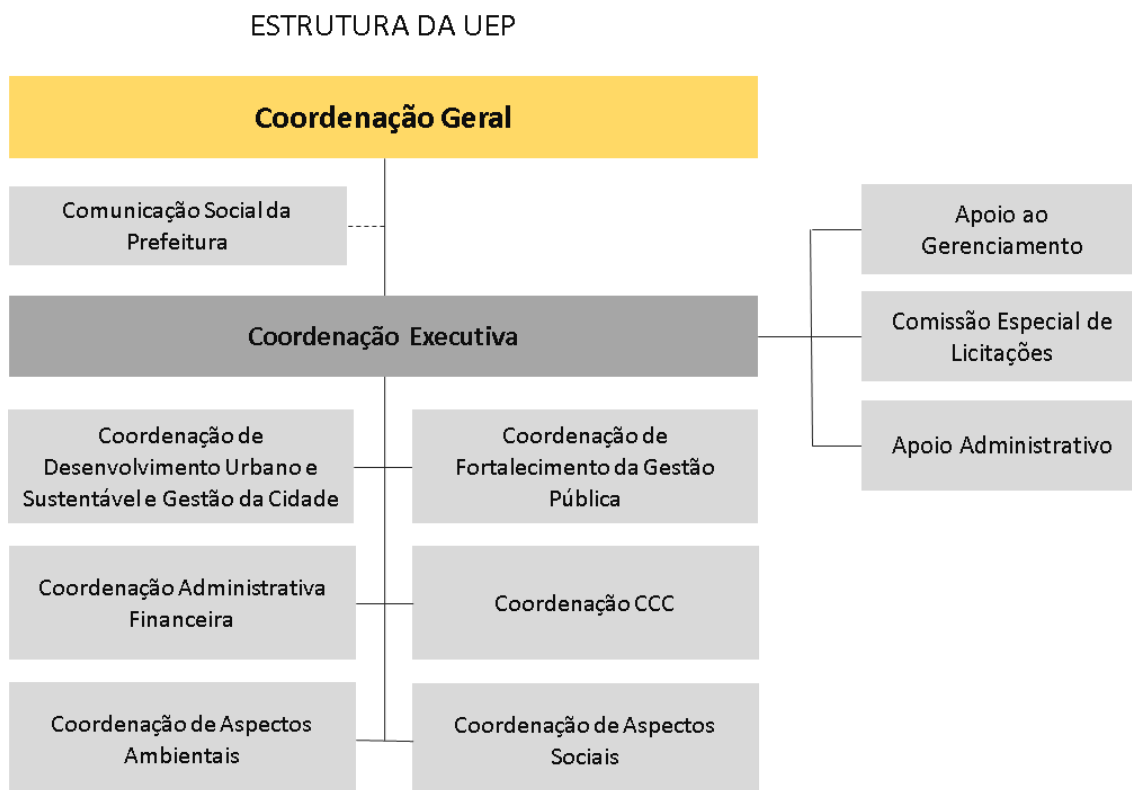
ARRANJO INSTITUCIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA



No seguimento dos quesitos ambientais, essas relações necessitam de regras de operação claras, de forma a agilizar procedimentos e assegurar sempre que as melhores práticas ambientais sejam implementadas. Em razão da inserção da variável ambiental em todas as fases dos empreendimentos que integram o Programa João Pessoa Sustentável - concepção/planejamento, projeto, obras e operação - foram incluídas atividades e responsabilidades para os diversos agentes que atuam neste processo, tanto dos proponentes e executores dos projetos, quanto do empreendedor, no caso a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Na UEP (Figura 2), a gestão ambiental será realizada pelos profissionais designados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa que atuam no acompanhamento e fiscalização ambiental. Também foram estabelecidos os procedimentos sociais de acompanhamento, contidos nos documentos PDDR e PER para os reassentamentos em áreas do Programa.

Figura 2 – Estrutura da Unidade Executora do Programa - UEP



O Sistema de Gestão Ambiental – SGA é primeiro dos programas do MGAS e detalha como deverá ser feito o acompanhamento dos requisitos ambientais inseridos no Programa. Aqui detalha-se os recursos humanos necessários a esse acompanhamento, respeitando o arranjo institucional aprovado.

Está prevista a alocação de 1 especialista ambiental na Coordenação de Aspectos Ambientais inserida na UEP. Esse profissional trabalhará com outros dois, a serem alocados na empresa Supervisora de Obras (supervisor ambiental de obras) e o inspetor ambiental de obras da Empresa Construtora. Caberá ao coordenador de aspectos ambientais da UEP coordenar o trabalho desses profissionais e consolidar os resultados da Gestão Ambiental do Programa.

O coordenador ambiental na UEP será responsável pela execução das ações socioambientais do Programa devidamente articuladas com as outras unidades técnicas da UEP e demais organismos participantes do Programa. O apoio técnico à supervisão, fiscalização e monitoramento dos procedimentos ambientais dos componentes do Programa será atribuição desse especialista, com o aporte do supervisor ambiental de obra e do inspetor ambiental da construtora. Se necessário, deverá ser apoiado por técnico(s) da área ambiental alocados de outras secretarias ou contratados pelo Apoio ao Gerenciamento da UEP durante o tempo necessário, a depender do ritmo de implantação das obras.

As principais atribuições do Coordenador de Aspectos Ambientais da UEP são:

1. Apoio técnico no planejamento inicial das ações ambientais previstas para cada projeto e pela avaliação periódica de desempenho ambiental do Programa;
1. Incluir os critérios de elegibilidade ambiental e as exigências de licenciamento nos editais de licitação de obra (PCAO);
2. Avaliar o cumprimento dos procedimentos, dos formulários e das metas do SGA;
3. Aprovar o início das intervenções físicas nas áreas, somente após a garantia de que as ações e os procedimentos ambientais tenham sido considerados a contento;
4. Decidir sobre ações e procedimentos de obras, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais;
5. Receber informes da supervisão ambiental de obras do inspetor ambiental da construtora e verificar sua adequação à realidade encontrada na execução das mesmas, seguindo os requerimentos do PGAS¹ específico da obra;
6. Realizar visitas periódicas às obras para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões ambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade recomendados nos requisitos do MGAS do Programa, nas condicionantes das autorizações e licenças ambientais e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e PGAS específico da obra;
7. Registrar no diário de obras os problemas ambientais e as não conformidades observadas durante as visitas de supervisão e fiscalização das obras e participar da aprovação das medições e dos pagamentos dessas atividades;
8. Apresentar periodicamente à Coordenação da UEP a avaliação sobre a eficiência dos cuidados ambientais relacionados às intervenções físicas previstas e sobre os ajustes necessários;
9. Aprovar, em conjunto com a coordenação da UEP, as penalidades às empresas construtoras, no caso de não atendimento dos requisitos e ambientais, ou seja, na situação de configuração de não conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões de planejamento de obras;
10. Aprovar, em conjunto com a Coordenação de Desenvolvimento Urbano e Sustentável e Gestão da Cidade da UEP, no caso de ações que tragam impactos ambientais significativos ou de continuidade sistemática de Não Conformidades significativas, a paralisação das obras de modo a possibilitar a adoção, a tempo, de medidas corretivas;
11. Elaborar relatórios semestrais que deverão ser encaminhados ao BID, contendo (i) as principais atividades desenvolvidas no período; (ii) detalhamento do andamento e da situação das ações ambientais; (iii) justificativas, quando couber, das alterações ocorridas nos procedimentos ambientais e cronogramas; (iv) cronograma executivo atualizado; (v) aspectos

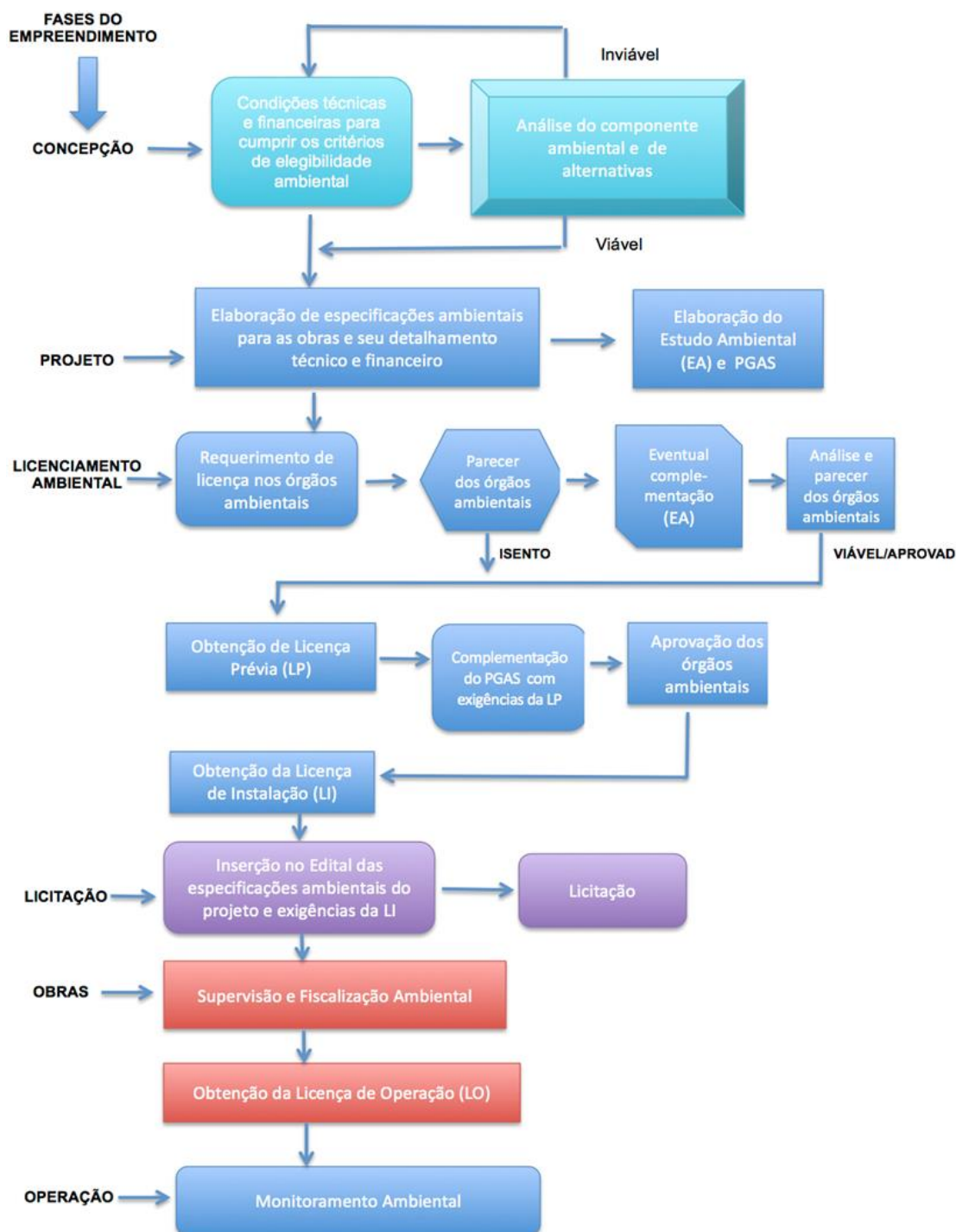
¹ PGAS-Plano de Gestão Ambiental e Social, específico para cada projeto e consistente com o MGAS

relevantes da implantação dos programas/procedimentos ambientais; ocorrências registradas no diário de obras; conclusões/recomendações;

12. Fornecer informação e contribuir com o aprimoramento do Sistema de Gestão do Programa.

Essas atividades estão contidas no Sistema de Gestão Ambiental – SGA, onde ficam assegurados e definidos os documentos necessários ao Gerenciamento Ambiental do empreendimento e os fluxos desses documentos entre os vários agentes, assim como suas responsabilidades, com o objetivo de implantar as melhores práticas ambientais. A Figura 3 ilustra o fluxo de procedimentos ambientais do Programa, tal como explicitado no documento do Plano do Sistema de Gestão Ambiental

Figura 3 – Fluxo de Procedimentos Ambientais do Programa



Fonte: BR-JP - SGA Plano - Versão B.

1.1 Sistema de Gestão Ambiental do Programa (SGA)²

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa complementa esta Avaliação

² O SGA completo é um documento independente do RAA.

Ambiental e é apresentado em documentos específicos por meio dos quais a Unidade Executora do Programa (UEP) promoverá a gestão ambiental do Programa.

Os documentos que compõem o SGA são o Relatório do Sistema de Gestão Ambiental (Plano do SGA) e o Manual de Procedimentos do Sistema de Gestão Ambiental, que são desenvolvidos com base nos programas que compõem o Marco de Gestão Ambiental e Social, nas atribuições da UEP e demais instituições participantes do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa e nos documentos do Programa disponibilizados pela UEP e pelo BID.

O Relatório do Sistema de Gestão Ambiental (Plano do SGA), primeiro documento do Sistema, apresenta a sua concepção e estrutura e estabelece as diretrizes gerais, os principais procedimentos ambientais, além de algumas instruções de projeto e especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Programa, em conformidade com os estudos e programas ambientais decorrentes do licenciamento ambiental das obras e as Políticas socioambientais do BID.

O Manual do SGA, por sua vez, detalha os procedimentos socioambientais, bem como os formulários de controle, e apresenta o Quadro de Impactos das obras do Programa. Desta forma, o SGA proposto contempla os instrumentos específicos para a incorporação de mecanismos de coordenação e planejamento, definição de atores e funções, além de indicadores socioambientais, tanto de desempenho institucional como de programas e projetos de meio ambiente e saúde e segurança, assegurando o acompanhamento e a melhoria contínua do Sistema.

Nos programas de desenvolvimento urbano e urbanização são comuns as ocorrências de problemas socioambientais que causam danos e comprometem a qualidade ambiental das obras e dos próprios empreendimentos prejudicando, em decorrência, os objetivos de melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade. As principais causas desses problemas são conhecidas:

- Embora esses programas sejam voltados à melhoria ambiental e da qualidade de vida, em decorrência do volume de obras envolvido há uma tendência, sobretudo por parte das áreas de engenharia, de considerá-los como programas de obras, em que estas são um fim em si mesmo e não um meio para a melhoria da qualidade ambiental e social. Não por acaso, as obras acabam tendo um tratamento diferenciado e de maior importância, quando comparadas às demais atividades contempladas pelos programas como, por exemplo, de reassentamento e meio ambiente;
- As questões socioambientais são tradicionalmente consideradas como de responsabilidade exclusiva das equipes sociais e de meio ambiente das unidades de gestão e empresas supervisora, gerenciadora e construtora e, por conseguinte, as demais áreas além de não se envolverem com tais questões na maioria das vezes às relegam a um plano secundário;
- Raramente existe, por parte de todos os envolvidos com os programas desenvolvimentistas, em nenhuma de suas fases, do planejamento à operação, uma compreensão sobre a importância do controle ambiental e da mitigação dos impactos socioambientais, assim como a aceitação de que a sustentabilidade deve ser dever de todos;
- O fluxograma rígido e hierarquizado do sistema organizacional dos programas, somado ao fato de que os problemas socioambientais são considerados como de menor importância, relegam as soluções desses problemas a prazos longos, aos labirintos burocráticos, quando não ao esquecimento; e

- Finalmente, há que se considerar que a linguagem comumente adotada nos programas socioambientais, por tratar de temas e técnicas específicos, nem sempre acessível aos técnicos das áreas de planejamento e engenharia, também contribui para o pouco envolvimento desses técnicos com a sustentabilidade e a manutenção da qualidade socioambiental das obras.

O SGA proposto para o Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa, deverá eliminar grande parte desses problemas, sobretudo porque:

- Os procedimentos e formulários que compõem o Sistema tornam as ações de mitigação de impactos e controle ambiental mais objetivas e de compreensão mais fácil para os responsáveis pelas obras que, na maioria das vezes, tem pouco conhecimento no trato das questões socioambientais;
- O Sistema transfere para todos os envolvidos, técnicos, engenheiros e profissionais de planejamento, execução e supervisão, tanto da UEP como das empresas supervisora, apoio ao gerenciamento e construtora, a responsabilidade pela qualidade socioambiental que, tradicionalmente, sem o SGA, acaba sendo de exclusividade dos técnicos das áreas de meio ambiente e social; e
- Torna mais dinâmico e eficiente o trato das questões socioambientais do Programa, eliminando o encaminhamento burocrático de relatórios e processos e reduzindo significativamente o prazo para a correção dos problemas apontados (não conformidades).

O SGA proposto também possibilita, de forma rápida e eficaz, por meio dos Planos de Ação de Melhoria, a solução de problemas socioambientais não previstos nos programas de mitigação de impactos e controle ambiental, que normalmente ocorrem no decorrer da implantação das obras. A sua coordenação caberá à UEP, que fará um acompanhamento contínuo do Sistema estabelecido, assegurando o cumprimento dos objetivos e das metas e a ampla participação das instituições e empresas participantes (Supervisora, Apoio ao Gerenciamento, Construtora e Secretarias Municipais diretamente envolvidas com o Programa).

1.2 Avaliação Ambiental, Divulgação e Consulta (AA)

Como parte dos requerimentos contidos na Política de Meio Ambiente e Salvaguardas do BID, OP-703, deverá ser elaborada uma Avaliação Ambiental para cada nova intervenção do universo do Programa João Pessoa Sustentável. As diretrizes para sua elaboração estão descritas a seguir e são parte integrante do MGAS e do ROP.

O Banco somente apoiará operações e atividades ambientalmente viáveis. Para ser considerada ambientalmente viável, toda operação financiada pelo Banco cumprirá as diretrizes desta Política, bem como as provisões ambientalmente relevantes das seguintes políticas do Banco, as quais, em conjunto, compõem o Quadro de Políticas de Salvaguarda Ambiental: divulgação e consulta, equidade de gênero em desenvolvimento, prevenção de desastres naturais, reassentamento involuntário, política para povos indígenas. (OP-703, B.1)

Trata-se de um projeto classificado pelo Banco como de Categoria A, devido as atividades de reassentamento que apresentam risco social elevado.

As intervenções Categoria A requerem uma avaliação ambiental com foco em questões específicas identificadas no processo de pré-avaliação e um plano de ação com provisões ambientais específicas, apresentadas em um Marco de Gestão

Ambiental e Social (MGAS). A AA³ inclui informações sobre os seguintes tópicos, conforme pertinente, em relação a projetos específicos: avaliação das condições ambientais e sociais de base; requisitos das leis e dos regulamentos do país; uso sustentável de recursos naturais; proteção da saúde humana, do patrimônio cultural, de espécies ameaçadas de extinção e de ecossistemas sensíveis; uso de substâncias perigosas; grandes ameaças; saúde e segurança ocupacional; prevenção de incêndios e segurança da vida; impactos socioeconômicos; aquisição de terras e uso da terra; reassentamento involuntário; impactos cumulativos dos projetos existentes, do projeto proposto e de projetos futuros previstos; participação de partes afetadas na revisão e na implementação do projeto.

Essa avaliação deve conter os principais aspectos ambientais relacionados aos empreendimentos propostos, considerando, em especial, as políticas de salvaguardas do Banco. Deverá ser verificado também o atendimento à legislação ambiental brasileira, nos níveis federal, estadual e municipal. A avaliação ambiental apresentará as medidas necessárias para mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos que sejam consequência das obras e ações financiadas. A mitigação e compensação ambiental e social proposta deverá ser consubstanciada em um Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, tal como preconizado na política ambiental do Banco. A AA dos novos projetos a serem incluídos no Programa deve ser baseada no conteúdo mínimo mostrado a seguir.

1.2.1 Apresentação

Inserção da nova intervenção no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável, aderência aos requerimentos do ROP.

1.2.2 Concepção Geral do Projeto

Objetivos do Projeto

Descrever os objetivos do Projeto, a subdivisão em componentes específicos e como se pretende que sua implementação seja compatibilizada com outras intervenções, e contribua para resolver os principais problemas ambientais das regiões do Programa.

Caracterização da Situação Atual

Descrever as situações problema verificadas no município, englobando as questões do meio natural, de uso e ocupação da área e da infraestrutura existente.

Características da Região

Deverá ser apresentada uma Caracterização Ambiental Geral da Área de Estudo, em especial das áreas de Intervenção Direta do Projeto, considerando o meio natural, socioeconômico e uso e ocupação atual.

A caracterização do meio natural compreende uma descrição geral das condições dos meios físicos (bacias hidrográficas, fisiografia, geologia, geomorfologia, solos, regime de chuvas, regime dos cursos d'água, etc.) e do meio biótico (vegetação/flora e fauna) e de sua situação de conservação.

³ A realização da Avaliação Ambiental é independente das demais análises sociais pertinentes estabelecidas no sistema de gestão social do Programa.

A caracterização socioeconômica deverá enfatizar aspectos como: número de habitantes, níveis de renda, emprego, escolaridade, IDH e saúde pública enfocando a situação das principais doenças de veiculação hídrica.

A caracterização deverá ser realizada considerando a área urbana de inserção da obra, porque trata-se na maioria dos casos de projetos de infraestrutura urbana e da área diretamente afetada pelas obras e intervenções propostas.

Com relação ao uso e ocupação atual da região (cidade e região afetada) deverão ser identificadas e mapeadas as formas de ocupação e os usos existentes num horizonte de início e final de projeto, discriminando suas densidades, as áreas de preservação ambiental (APPs), as áreas de fragilidade ambiental e as áreas de valor histórico, cultural e paisagístico. Analisar, com base nessas informações, a evolução das alterações ocorridas no uso e ocupação do solo.

Características das Áreas de Intervenção

Infraestrutura urbana - Apresentar a situação atual relativa à infraestrutura urbana considerando as questões de sistema viário, micro e macrodrenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

Áreas urbanas de risco - Devem ser apresentadas, mapeadas e detalhadas as áreas urbanas de risco, em especial as áreas com risco de inundação, áreas com riscos de erosão e escorregamento, áreas com lançamentos de resíduos sólidos (lixão), etc.

Cursos d'água - Caracterizar as condições hidrológicas referentes aos cursos d'água objeto de intervenções do Projeto, identificando áreas de enchentes existentes e lançamentos irregulares de esgotos sanitários. Serão apresentados, também, os principais usos atuais e potenciais desses cursos d'água a montante e jusante das intervenções (lançamento de efluentes de esgotos sanitários tratados).

Vegetação e Áreas de Preservação - Caracterizar e mapear as áreas verdes (áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água, áreas de proteção ambiental, áreas verdes em geral) e áreas de fragilidade ambiental. Deve-se indicar os usos atuais das APPs na área de Projeto. O critério para avaliar as áreas de preservação ambiental deve ser o legal (áreas de preservação permanente definidas no Código Florestal, unidades de conservação, p. ex.), e para as áreas de fragilidade ambiental deve ser técnico (nascentes ou cabeceiras de cursos d'água, solos hidromórficos ou colapsáveis, sítios de interesse arqueológico, etc.), informando a sua localização e o estágio atual de preservação. Deve também ser identificada qualquer área de habitat natural crítico, conforme definida na Política OP-703, diretriz B.9, do BID.

Parques Urbanos - Apresentar a caracterização dos parques urbanos existentes na cidade e na região do Projeto enfocando sua localização, principais usos, condições de preservação, utilização pela população, condições operacionais e de manutenção, etc. Avaliar, de forma global, os índices de área verde por habitante, as carências da população com relação a áreas de paisagismo e de lazer esportivo, contemplativo e cultural, etc.

1.2.3 Concepção Geral das Obras e Intervenções

Apresentar, com maiores detalhes, a concepção técnica das principais intervenções previstas considerando os componentes de: (i) urbanização da região; (ii) melhoria da infraestrutura urbana; e (iii) desenvolvimento econômico e social, fortalecimento institucional, etc. Descrever a compatibilidade entre as novas ações do Projeto e outras planejadas no âmbito da instância de governo do Executor, e outros projetos colocalizados, desenvolvendo uma análise de eficiência técnica, financeira e ambiental

das soluções, e uma análise de eficiência das infraestruturas existentes e as propostas.

Para os projetos de urbanização e conjuntos habitacionais, deverão ainda ser indicados:

- **Localização e dados gerais:** Local proposto para o empreendimento, com mapa ou croqui, em escala adequada, incluindo as vias de acesso; Mapa do entorno com indicação dos usos do solo existentes e da classificação segundo o Plano Urbanístico da cidade (Identificação da Macrozona ou Zona onde se localiza o empreendimento); áreas de lazer e uso público; vias e ciclovias internas; equipamentos de uso público.
- **Descrição do empreendimento habitacional e sua finalidade:** Descrição geral do empreendimento, seus objetivos, número, tipos, e características das unidades habitacionais e população total previstas. Incluir qualquer atividade econômica prevista. Mapa geral do empreendimento com indicação dos blocos habitacionais, entrada e saída de veículos, áreas livres, áreas de uso comum, estacionamento (incluindo identificação de vagas para deficientes, quando houver), áreas de serviços públicos (estação de tratamento de água, estação de tratamento de esgotos, depósito temporário de resíduos, etc. conforme seja aplicável).

1.2.4 Marco Legal e Institucional

Apresentada uma caracterização sintética do marco legal e institucional referente às questões ambientais, envolvendo:

- A descrição e avaliação da legislação ambiental federal, estadual e municipal nos aspectos incidentes sobre o Projeto e seus componentes;
- A descrição e avaliação da situação institucional do estado e município e respectivas competências (Convênio Estado-Município), em especial as responsabilidades pela manutenção de áreas de preservação, recuperação de áreas de risco, pelo licenciamento ambiental, etc.;
- A situação de cada intervenção no âmbito dos componentes do Projeto em relação às exigências legais;
- A inter-relação da nova intervenção em relação à estrutura organizacional da UEP do Executor e da estrutura ambiental de eventuais co-executores do Programa.
- Especificação das responsabilidades pela operação e manutenção das áreas de usos comum ou públicas.

1.2.5 Avaliação Ambiental e Social dos Componentes do Projeto

a. Identificação de Impactos incidentes

A avaliação ambiental de cada um dos componentes deverá ser realizada considerando as intervenções específicas propostas e a integração dessas ações no Programa financiado. A análise dos potenciais impactos positivos e/ou negativos dos itens que integram os componentes do Projeto deve considerar as suas alternativas de intervenção, seus benefícios e impactos negativos.

b. Medidas de Mitigação e Compensação

Sempre que ficar caracterizada a existência de potencial impacto ambiental ou social negativo significativo, devem ser indicadas as medidas a serem adotadas para sua atenuação. As medidas podem ter o caráter operacional ou institucional, de fortalecimento da gestão ambiental do Programa. As diretrizes e critérios ambientais para novas operações estão contidas no ROP do Programa.

A identificação e elaboração de todas as atividades de proteção, reabilitação ou mitigação ambiental, bem como a de seus custos, devem ser previstas no âmbito do Projeto e deverão constar do Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS específico da obra. Os custos das medidas integrarão os custos do projeto.

1.2.6 Síntese da Qualidade Ambiental do Projeto

Com base nos dados anteriores deverá ser incluída uma síntese da qualidade ambiental do projeto.

1.2.7 Divulgação e Consulta Pública

Os requerimentos para consulta pública estão contidos no ROP/MGAS do programa. O processo de consulta e divulgação deverá ser finalizado com uma reunião pública geral de apresentação do Projeto e da AA. Os comentários e sugestões derivados dessa reunião devem ser incorporados ao documento final de AA.

1.2.8 Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS

Para o PGAS recomenda-se um conteúdo mínimo que abranja programas de controle ambiental de obras, saúde e segurança do trabalhador, comunicação social, educação ambiental e prevenção de riscos e desastres, de acordo aos programas contidos no ROP/MGAS. O sistema de gestão ambiental SGA já está contemplado no MGAS e deverá ser integrado aos novos projetos.

1.3 Controle Ambiental de Obras (PCAO)

1.3.1 Apresentação e Justificativas

A maior parte dos impactos ambientais decorrentes da implantação do Programa João Pessoa Sustentável está associada à fase de construção. Assim, é necessária a adoção de procedimentos e medidas destinadas a evitar ou minimizar de forma efetiva a ocorrência desses impactos. Desde algum tempo que requisitos ambientais vêm sendo incorporados nas especificações técnicas que orientam a execução de obras civis e nos documentos de licitação de obra. A experiência acumulada em trabalhos de Supervisão Ambiental de obras de infraestrutura demonstra que o conhecimento prévio das medidas preventivas ou mitigadoras representa melhores resultados na proteção ao meio ambiente.

1.3.2 Objetivos

O Programa tem a finalidade de estabelecer diretrizes e procedimentos ambientais para a execução dos serviços e atividades necessárias à implantação do Programa João Pessoa Sustentável, tendo em vista assegurar condições ambientais adequadas nas áreas a serem afetadas pelas intervenções. Visa fornecer às empresas construtoras as medidas, os procedimentos e os cuidados que deverão ser observados durante a execução das obras e, ao empreendedor e aos órgãos fiscalizadores, um instrumento para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento das medidas mitigadoras e dos cuidados necessários à efetiva prevenção e controle dos potenciais impactos ambientais identificados.

1.3.3 Metas

- Executar as obras em condições ambientais adequadas;
- Atingir a meta de zero de acidentes e incidentes de trabalho;
- Implantar ao final das obras medidas de recuperação e recomposição das áreas afetadas.

1.3.4 Público-alvo

- Trabalhadores envolvidos na implantação das obras;
- Empresa(s) responsável(eis) pela execução das obras;
- Responsável pela implantação do Programa João Pessoa Sustentável (Prefeitura de João Pessoa);
- Empresa(s) responsável(eis) pela Supervisão e Gerenciamento da execução dos Planos e Programas Ambientais propostos;
- Empresa(s) responsável(eis) pela Supervisão das Obras.

1.3.5 Procedimentos e Diretrizes

Este Programa abrange atividades da etapa pré-constructiva e das obras propriamente dita. O seu desenvolvimento requer as seguintes ações principais:

- Análise detalhada por parte das empresas contratadas das intervenções, anteriormente à implantação das obras, para identificação e caracterização dos impactos potenciais, locais de incidência e magnitude e a identificação de medidas de controle e normas aplicáveis na execução dos serviços. Essas são informações que foram identificadas e desenvolvidas no âmbito dos estudos ambientais;
- Estabelecimento de especificações ambientais para a etapa de implantação. Trata-se de atividade a ser desenvolvida no detalhamento dos programas e consiste em estabelecer um conjunto de diretrizes e especificações destinadas a:
 - Orientar as atividades de operação dos canteiros e das frentes de obra;
 - Indicar a melhor forma de utilizar e recuperar áreas de apoio (empréstimo e bota-fora);
 - Apontar as medidas de segurança para os trabalhadores, para os moradores e para a população lindeira às obras. Estas especificações ambientais devem fazer parte dos editais de licitação das obras;
- Planejamento ambiental da construção, que consiste em adequar o plano de ataque das obras proposto pela(s) construtora(s) contratada(s) de modo a considerar os requisitos ambientais decorrentes do processo de licenciamento, localização do canteiro e das instalações de apoio. Trata-se de atividade a ser desenvolvida pela(s) construtora(s) e submetida(s) à aprovação da Supervisão Ambiental, antes do início das obras.

1.3.6 Principais Atividades

Treinamento e conscientização ambiental da mão de obra

Todos os trabalhadores envolvidos com a implantação das obras do Programa João Pessoa Sustentável deverão receber treinamento e conscientização ambiental, no que se refere às medidas, aos cuidados e aos procedimentos de controle ambiental a serem observados durante a execução das obras, bem como, sobre a sua conduta no relacionamento com a comunidade do entorno, de modo a evitar eventuais conflitos. As empresas deverão dar preferência à contratação de mão de obra local e oferecer oportunidade de trabalho para mulheres em variados postos da execução da obra.

O treinamento deverá fornecer, para todos os funcionários, informações úteis com respeito aos seguintes assuntos:

- Aspectos pertinentes da legislação ambiental;
- Prevenção de incêndios;
- Procedimentos para situações de emergência (acidentes, incêndio etc.);
- Cuidados com a vegetação e fauna;
- Cuidados com o patrimônio histórico e arqueológico;
- Coleta, acondicionamento, armazenamento e destinação final de resíduos sólidos;
- Informações sobre animais peçonhentos;
- Utilização de equipamentos de segurança;
- Prevenção e controle de erosão; e,
- Prevenção à poluição e contaminação dos recursos hídricos etc.

Controle de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho

A(s) construtora(s) a ser(em) contratada(s) deverá(ão) atender a toda a legislação relativa à Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, de forma a manter a integridade física dos trabalhadores, com reflexos positivos sobre a população residente ou usuária do entorno das obras. Deve envolver os trabalhadores contratados diretamente pelo empreendedor, construtor, bem como os demais subcontratados.

Para tanto deverá implantar o PCMAT (Programa de Condições de Meio Ambiente e Trabalho na construção civil), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e constituir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Para a estruturação desses programas e demais providências devem ser obedecidas as Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho e Emprego, disponíveis no site:

http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/default.asp.

Além de assegurar a legalidade das ações de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, este programa visa o controle da qualidade dos ambientes de trabalho, sob a ótica de higiene, saneamento e segurança de todos os funcionários, à

prevenção de doenças infectocontagiosas e ao controle médico da saúde ocupacional. O PCMAT deve seguir a NR-18; enquanto o PCMSO e o PPRA deverão ser elaborados de acordo com as Normas Regulamentadoras NR-7 e NR-9, respectivamente. O SESMT deverá ser organizado e mantido em funcionamento em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-4 e terá a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. O SESMT deve ser composto de técnicos, enfermeiras, engenheiros e médico do trabalho, em número suficiente de acordo com o grau de risco e quantidade de funcionários. Os quadros I e II, desta NR, apresentam, respectivamente, a classificação do grau de risco de várias atividades econômicas e o dimensionamento do SESMT. A(s) construtora(s) a ser(em) contratada(s) deverá(ão) constituir a CIPA de acordo com a NR-5, que terá como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

Implantação, Operação e Encerramento de Canteiro de Obras

As diretrizes para o Canteiro de Obras deverão contemplar, entre outros, os seguintes aspectos:

- Critérios para a escolha do local para a implantação do(s) canteiro(s) de obras;
- Definição da infraestrutura necessária quanto à drenagem superficial, sistema de tratamento de efluentes (esgotos sanitários, efluentes da lavagem de veículos, drenagem de oficinas, etc.);
- Programa de gestão de resíduos sólidos;
- Tratamento das vias de circulação interna do canteiro de obras;
- Procedimentos para a recomposição da área após o término das obras e encerramento das atividades do canteiro.
- No caso de haver alojamento de trabalhadores no local da obra (seja através de alojamento “in situ” ou em casas alugadas nas proximidades da obra) o alojamento deve obedecer ao estabelecido na NR-18 com a redação atualizada através das Portarias SIT (Serviço de Inspeção do Trabalho).

Áreas Legalmente Protegidas

Os canteiros e caminhos de serviços deverão respeitar os limites relativos às áreas legalmente protegidas ou habitats considerados críticos de acordo com a Política OP-703/B.9 do BID (APP de rios e Mangues); a SEMAM deverá ser comunicada e convidada a acompanhar qualquer intervenção em habitats críticos e áreas protegidas.

Controle de Erosão e Assoreamento

Os procedimentos de controle ambiental de serviços de terraplenagem e drenagem incluirão a adoção de medidas preventivas, mitigadoras e corretivas para o controle de erosão e assoreamento de cursos de água ou de redes de águas pluviais existentes, que poderão ser afetadas pelas obras. Esses procedimentos serão de aplicação não somente nas frentes das obras principais, mas também em áreas de empréstimo, depósitos de materiais excedentes e acessos provisórios. Entre outras, deverão ser previstas as seguintes diretrizes:

- Reduzir ao mínimo possível as áreas com solo exposto e, quando necessário, deverão ser previstas medidas de proteção deste solo exposto e/ou instalação de medidas para retenção de sedimentos;
- Implantar dispositivos de drenagem provisória de forma a permitir que as águas escoem sem o surgimento de processos erosivos e carreamento de material para os locais com as cotas mais baixas;
- Corrigir ou estabilizar, no menor prazo possível, todas as feições erosivas surgidas na área de terraplenagem ou que, de alguma forma, se originaram das alterações ocasionadas pelas obras;
- Limpar e manter os dispositivos de retenção de sedimentos instalados.

Exploração de Jazida de Solo - Áreas de Empréstimo

Cabe à empresa construtora apresentar o plano de uso de áreas de empréstimo, já devidamente licenciadas. Será necessária a exploração de jazidas de areia e cascalho, estas serão objeto de licenciamento ambiental específico sob responsabilidade das empreiteiras, que deverão seguir as seguintes diretrizes:

- Elaborar projeto definindo o plano de exploração, volume do material a ser retirado e a configuração topográfica dos taludes finais da escavação. O projeto deverá contemplar, ainda, todas as medidas necessárias para recomposição da área após o término da sua exploração;
- Promover estudos criteriosos quanto à localização das áreas de empréstimo, evitando as áreas muito inclinadas e propensas aos problemas de estabilidade de encostas, bem como áreas com a presença de cobertura vegetal significativa;
- Durante todo o período de utilização da Área de Empréstimo deverão ser observadas as medidas de controle de erosão e assoreamento.

No final da exploração, as áreas utilizadas serão tratadas de maneira adequada à sua destinação final. Caso não exista destinação final definida, a área deverá receber tratamento com cobertura vegetal para proteção do solo.

Utilização de Depósito de Material Excedente

Conforme anteriormente apontado o material que será escavado para execução das estruturas de concreto deve ser utilizado diretamente na construção de aterros, minimizando a necessidade de utilização de depósitos de material excedente. Toda a área será determinada previamente ao início dos trabalhos e preparada para depósito, com raspagem e enleiramento do material vegetal que, uma vez preservado, será utilizado posteriormente em locais adequados, tão logo sejam concluídas as obras do Programa João Pessoa Sustentável.

Cabe à empresa construtora obter a autorização de uso do DME junto à SEMAM.

O material de bota fora será constituído por solos, material rochoso. São resíduos formados essencialmente de materiais inertes, sem potencial de poluição, considerados como de classe II B, conforme classificação estabelecida pela Norma da ABNT NBR 10004.

Controle do Tráfego de Veículos Pesados e de Máquinas Durante as Obras

Deverá ser desenvolvido um Plano de Tráfego para cada área integrante do Programa João Pessoa Sustentável, nas quais constarão os trajetos a serem utilizados para transporte de material de construção, material de empréstimo e bota-fora, horário e restrições de circulação, entre outros aspectos. O plano deverá contemplar as interrupções de tráfego e os desvios provisórios e/ou estreitamentos de pistas e sua respectiva sinalização, de forma a garantir a execução das obras sem prejudicar as condições de segurança das vias.

Controle da Formação de Material Particulado/Poeira

Para evitar a geração de poeira que possa causar incômodos aos usuários das vias e aos moradores próximos às obras, a(s) construtora(s) deverá(ão) providenciar a irrigação constante das vias e dos acessos, em períodos secos, sempre que isto se mostrar necessário, mediante a utilização de caminhões pipas para umectação das vias afetadas, providos de água de reuso, ou utilização de outros materiais com o mesmo efeito de supressão de material particulado (por exemplo, cloreto de cálcio, sulfonato de lignina, emulsões asfálticas, e polímeros especiais).

Controle da Emissão de Ruído

Os veículos e equipamentos a serem utilizados nas obras deverão ser objeto de manutenção periódica para eliminação de problemas mecânicos operacionais, de forma a manter sob controle a emissão de ruído. Na manutenção deverá ser dada ênfase nas questões de regulação das máquinas e equipamentos que produzem ruídos excessivos, tais como compressores e marteletes.

A operação do canteiro de obras deverá observar a mínima geração de ruído, exigindo-se da construtora o respeito aos horários de funcionamento, de modo a não incomodar os moradores que habitam as áreas de entorno da obra. Equipamentos que geram ruídos elevados tais como serras elétricas, devem ser operados em locais confinados de forma a reduzir os níveis de ruído.

Recomposição de Áreas Utilizadas pelas Obras

A desativação das frentes de obras ocorrerá somente quando forem encerradas todas as atividades previstas nos projetos e adotadas todas as medidas de mitigação,

compensação e recuperação das áreas diretamente afetadas, incluindo a área das obras, as áreas de apoio e os caminhos de serviço. Ao final das obras todas as áreas utilizadas durante a construção deverão estar completamente limpas, recuperadas e, se necessário, vegetadas.

Em todo local que houver deposição acentuada de material que comprometa as condições naturais da drenagem e com possibilidades de danos à vegetação ou obstrução do sistema de drenagem pré-existente ou recém-construído, esse obstáculo deverá ser removido com o uso de métodos manuais ou mecânicos. A remoção terá como objetivo devolver, na medida do possível, as drenagens às suas condições naturais.

Deverá ser efetuada a limpeza geral de todas as áreas afetadas, inclusive a remoção de restos de obra, entulho, materiais contaminados e outros. Todos os materiais oriundos da limpeza e demolição, para liberação da área das obras, deverão ser encaminhados para locais de disposição final, adequados e licenciados. As vias utilizadas pelas obras devem ser devolvidas à normalidade, no mínimo, em condições de uso compatível com a sua situação antes do início das obras. De acordo com o estado das áreas utilizadas, poderão ser necessários serviços de recuperação do pavimento, das calçadas, da sinalização e do sistema de drenagem. Deverá ser realizada a remoção da sinalização da obra, incluindo a reinstalação ou recuperação da sinalização normal nos casos das vias locais utilizadas.

Monitoramento Arqueológico e Resgate Fortuito

Durante as obras, áreas com potencial arqueológico poderão sofrer impactos, dessa forma, é importante o tratamento adequado de bens arqueológicos e dos sítios culturais críticos conforme definidos na OP-703/B.9 do BID. Neste sentido deverá ser implementado o Monitoramento Arqueológico e Resgate Fortuito⁴, sobretudo durante os trabalhos de escavação.

Procedimentos Recomendados:

- Pré-avaliação: verificação junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN se há possibilidade de ocorrência de sítios culturais críticos nas áreas afetadas pelo projeto.
- Acompanhamento e vistoria das frentes de obra potencialmente causadoras de impacto sobre o patrimônio (escavações) nas áreas definidas como potencialmente arqueológicas.
- Registro dos sítios de interesse porventura encontrados junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN.
- Curadoria e análise, em laboratório, de eventuais bens arqueológicos coletados.
- Síntese e interpretação dos dados obtidos.

As atividades do monitoramento arqueológico deverão gerar relatórios parciais de campo, por trecho ou períodos de trabalho, além de um Relatório Final, no qual

⁴ Equivale ao Procedimento de Achados Fortuitos especificado na OP-703/B.9. O Procedimento de Achados Fortuitos estabelecerá o protocolo a ser seguido para a paralização das obras e procedimentos de resgate nos casos em questão.

deverão estar contempladas todas as atividades realizadas, com os respectivos registros e documentação escrita e fotográfica.

Os sítios arqueológicos eventualmente localizados deverão ser imediatamente registrados no IPHAN e os serviços de resgate arqueológico deverão ser providenciados imediatamente após a localização de um sítio arqueológico. A metodologia a ser utilizada deverá ser apresentada ao IPHAN

1.3.7 Indicadores Ambientais

Considerando a diversidade das atividades que deverão ser desenvolvidas no âmbito desse Programa foram selecionados os seguintes indicadores:

- Índice de acidentes e incidentes, com CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho;
- Índice de afastamento do local de trabalho por agravamento de situação de saúde;
- Índice de acidentes nas vias;
- Percentual de veículos e equipamentos com motores regulados.

1.3.8 Recursos Materiais e Humanos

Os recursos materiais e humanos para a execução desse programa serão disponibilizados pela(s) empresa(s) contratada(s) para a execução das obras.

1.3.9 Atendimento a Requisitos Legais e/ou outros Requisitos

Os requisitos legais e normativos referem-se à:

- Legislação trabalhista, às normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho;
- Normas da ABNT relativas à execução das obras e atividades.

1.3.10 Etapa do Empreendimento

Fase de Implantação

Este programa deverá ser desenvolvido desde o início até o final das obras, incluindo a desativação das áreas de apoio e a recuperação de eventuais áreas degradadas pelas obras.

1.3.11 Responsável pela Execução

A responsabilidade pela execução deste programa é da empresa(s) contratada(s) para a implantação das intervenções previstas para o Programa João Pessoa Sustentável, sob a fiscalização do empreendedor.

Tal como disposto na apresentação do MGAS, o PCAO deverá ser incluído no Edital de Obras, a fim de que as empresas possam apresentar em suas propostas o atendimento e custos associados a todos os seus requisitos. A empresa ganhadora do edital deverá, então, propor um PCAO específico para as obras contratadas, e submete-lo à aprovação da UEP – gestão e supervisão ambiental. As obras só receberão Ordem de Serviço após essa aprovação.

1.4 Comunicação Social (PCS) e Mecanismo de Gestão de Queixas

1.4.1 Apresentação

O PCS visa dotar o Programa de instrumentos que garantam o fluxo de informações entre o empreendedor e a população local a ser afetada. Tais instrumentos de comunicação devem difundir de forma adequada as características do empreendimento em suas três etapas (projeto, construção e operação) assim como atuar preventivamente na mitigação dos impactos diretos e indiretos sobre a população e atividades econômicas.

1.4.2 Objetivos

O Programa de Comunicação Social tem o objetivo de viabilizar um canal de relacionamento direto e constante entre o empreendedor e as comunidades afetadas e aquelas situadas no entorno, com vistas a reduzir os eventuais impactos associados ao empreendimento, antes e durante o período de obras e, posteriormente, na etapa de operação.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Divulgação geral do empreendimento – Tornar público para a sociedade as informações básicas sobre o Programa, tais como: características das intervenções, as demandas existentes e, sobretudo, os benefícios a serem gerados, localizações e etapas de implantação;
- Divulgação das ações sociais e ambientais programadas – Divulgar e manter diálogo com as comunidades afetadas sobre os impactos potenciais previstos e os programas socioambientais a serem desenvolvidos, os critérios utilizados nos processos de desapropriação e reassentamento da população afetada, os requisitos de controle ambiental durante as obras, visando motivar a colaboração dos afetados e incentivá-los na busca de soluções mitigatórias;
- Divulgar periodicamente os resultados obtidos pelo Programa a partir da existência de mecanismos de consulta e participação de modo a receber, registrar e encaminhar adequadamente as demandas, reivindicações, reclamações e outras informações geradas pelas comunidades afetadas pelas obras, a fim de prevenir e dirimir situações de conflito e assegurar a transparência das ações governamentais.

1.4.3 Abordagem do Programa de Comunicação Social

Para atingir de maneira eficaz os objetivos explicitados, os trabalhos ora propostos deverão abordar os temas a seguir apresentados:

- **Informação** - Envolve o conjunto de ações e instrumentos de comunicação que objetivam informar os diferentes públicos sobre as características do empreendimento e suas especificações técnicas e construtivas, benefícios, impactos associados, adoção de medidas mitigadoras e desenvolvimento de ações socioambientais. Deve ser parte da divulgação institucional rotineira da Prefeitura, por meio de sua assessoria de comunicação.
- **Articulação** - Abrange as ações de interação e comunicação desenvolvidas com o objetivo de estabelecer um relacionamento construtivo com a opinião pública regional e local, as instituições governamentais e, principalmente, com a população local, suas entidades representativas e lideranças.

- **Monitoramento e Avaliação** - Envolvem o processo de acompanhamento, organização, arquivo e avaliação das ações de comunicação social em suas atividades de prestação de informações e captação e respostas a inquietações da sociedade.

1.4.4 Público-Alvo

O PCS abrange todos os segmentos da população diretamente afetados, além daqueles interessados nas intervenções previstas. Esse contingente será identificado por meio de pesquisas e levantamentos realizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa antes do início das obras e que deverão ser atualizados no decorrer do processo de implantação dos projetos. Associado a este parâmetro, será considerado outro de caráter físico ou geográfico que também definirá a área de abrangência do Programa, a saber:

- **Área de Intervenção com beneficiários ou afetados diretamente pelas Obras** – A população e as atividades econômicas inseridas na área de intervenção necessária para implantação das obras de áreas de apoio, as quais deverão ser objeto de desapropriação e/ou reassentamento ou que podem sofrer os impactos do período de construção das obras; trata-se da população e das atividades que sofrerão interferência indireta das obras (bloqueios de vias, desvios de tráfego, remanejamento de equipamentos públicos, entre outros).
- **Área de Influência do Programa** - constitui a população de toda a área urbana de João Pessoa, que receberá os benefícios da implantação das obras do Programa.

1.4.5 Recursos de comunicação existentes na Prefeitura Municipal de João Pessoa

A Prefeitura Municipal de João Pessoa já dispõe de vários instrumentos de Comunicação Social para atendimento das demandas existentes nesta área e que serão disponibilizados para o presente Programa. Segundo informações da administração disponibilizadas na internet, os órgãos a seguir relacionados também atuam na área de Comunicação Social, a saber:

Ouvidoria

A Secretaria Executiva da Ouvidoria Geral do Município opera uma ferramenta que atua com ética, sem formulação de juízo de valor, na interlocução da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a sociedade, visando à consolidação de uma gestão participativa destinada ao aperfeiçoamento da cidadania.

A Ouvidoria Geral desenvolve as atividades descritas a seguir. Todavia, na gestão ambiental do Programa foi identificada a necessidade de constituir um mecanismo independente (e complementar ao que existe na Ouvidoria) que capte as dúvidas e reclamações que possam ser geradas pela execução das obras e demais ações do Programa João Pessoa Sustentável. Esse mecanismo está explicitado neste capítulo, na Atividade 3 - Mecanismos de Comunicação e Mecanismo de Gestão de Queixas, a ser implantado inicialmente na fase de planejamento (pré-obra) e na fase de implantação de obras.

São de responsabilidade da Ouvidoria:

- Receber e apurar denúncias, reclamações, sugestões, elogios, pedidos de informação sobre atos considerados arbitrários ou que contrariem o interesse

público, praticados por servidores ou agentes públicos do Município de João Pessoa;

- Receber reclamações e denúncias por meio de delação anônima, ou não, com a apresentação de elementos de convicção que evidenciem a materialização do fato delituoso;
- Buscar a ampliação dos canais de comunicação direta entre a administração pública e a população, no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos do Município;
- Recomendar a instauração de procedimentos administrativos para o exame técnico das questões e a adoção de medidas para apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções;
- Manter sigilo, quando solicitado sobre as reclamações e denúncias;
- Informar aos interessados as providências adotadas em razão do seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegura o dever do sigilo;
- Coordenar ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração pública direta, indireta ou funcional.
- .

Revista VIVA A CIDADE

Ações na área de saúde, educação e cidadania estão entre os principais temas abordados na revista 'Viva Cidade', lançada no mês de junho/2014 pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). A edição especial trouxe conteúdos diversificados e levou ao público pessoense informações sobre os serviços disponibilizados nos órgãos do Município. O material também está disponível na internet e pode ser consultado no portal da Prefeitura.

Com leitura simples e de fácil acesso, a 'Viva Cidade' informa os projetos que estão em andamento, como a reurbanização do Bairro São José e a implantação do Projeto João Pessoa Sustentável.

Outros Canais de comunicação:

Secretaria de Comunicação Social

A Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa tem uma missão fundamental: levar a informação ao cidadão, de forma completa, transparente e democrática, colaborando para construir um governo participativo e solidário.

Principais objetivos:

- Definir e implantar a política municipal de comunicação social;
- Promover e divulgar as realizações governamentais;
- Promover o relacionamento entre os órgãos do Governo Municipal e a imprensa;

- Implantar programas informativos, além de coordenar, supervisionar e controlar a publicidade institucional dos órgãos e das entidades da administração municipal direta, indireta e fundacional;
- Cuidar da publicidade dos atos oficiais.

Atribuições

- Coordenar a divulgação e promoção de eventos, ações e projetos realizados em parceria com a Prefeitura de João Pessoa em toda a mídia televisiva, impressa e eletrônica;
- Articular-se com todas as secretarias e órgãos municipais, captando informações de interesse da população e divulgando-as;
- Captar informações vindas da população por meio da rádio-escuta e encaminhá-las aos órgãos competentes para serem tomadas as devidas providências;
- Realizar eventos que visem à melhoria da comunicação entre comunidades-administradores;
- Organizar meios rápidos e práticos de acesso e controle da informação;
- Manter um portal de informações atualizado e que corresponda aos interesses do Município.

Atividades a serem desenvolvidas na execução do Programa

O desenvolvimento deste Programa deverá abranger as atividades, a seguir apresentadas:

- Caracterizar a estratégia de comunicação do Programa João Pessoa Sustentável;
- Preparar os materiais de divulgação;
- Definir os mecanismos de interação com grupos e municipalidade.
- Estruturar e operar o banco de dados, monitoramento e avaliação.

Atividade 1 – Definição da estratégia de comunicação do empreendimento

Organização e sistematização de informações técnicas

- As áreas afetadas pelas intervenções e os usos identificados nas vizinhanças são aquelas que poderão receber os principais impactos socioambientais das obras projetadas e os programas ambientais previstos;
- As especificidades locais relativas aos desvios e interrupções de trânsito, de mudanças de paradas de coletivos, passarelas, etc.;
- Os benefícios esperados com a revitalização das áreas por conta das obras de infraestrutura, paisagismo e urbanismo e a realocação das famílias devidamente cadastradas para uma área inserida no perímetro da comunidade;
- As soluções para mitigação de impactos socioambientais;
- O cronograma de implantação das obras.

Caracterização do público-alvo e mídias locais

Na etapa prévia ao início das obras será feita a caracterização geral do público-alvo, identificação das principais organizações sociais e suas lideranças, assim como dos principais meios de comunicação local existentes.

Estruturação dos instrumentos de comunicação

Definir os conteúdos que deverão ser elaborados nos materiais a serem utilizados nos contatos com os diferentes públicos-alvo, ou seja, folhetos, vídeos, *releases* para a imprensa. A definição de materiais e conteúdo deverá contar com o aporte de sugestões das equipes de desapropriação e reassentamento, de modo que respondam também às inquietações da população e atividades diretamente afetadas.

Identidade visual e de comunicação do empreendimento

Todas as peças de divulgação de informações devem ser padronizadas com a identidade visual específica do empreendimento.

Atividade 2 – Elaboração de material de divulgação

Para divulgar as informações do Programa João Pessoa Sustentável é necessário preparar material básico sobre o Projeto, com identidade visual própria a ser definida pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura de João Pessoa. Deverão ser elaborados materiais de divulgação tais como cartazes, cartilhas, panfletos, boletins informativos, banners, painéis, outdoors, etc., adequados a cada público-alvo.

Atividade 3 - Mecanismos de Comunicação e Mecanismo de Gestão de Queixas

Diversos mecanismos de comunicação deverão ser utilizados nas diferentes fases de implantação do Programa.

1. Fase de Planejamento

Nesta etapa, o foco principal serão as informações sobre:

- As características gerais das áreas de intervenção, suas localizações e principais benefícios a serem auferidos;
- Estudos socioambientais realizados e os principais impactos e programas;
- Critérios para desapropriação e reassentamento, entre outros;
- Divulgação da Ouvidoria e outros meios de comunicação direta com a Prefeitura de João Pessoa.
- Instalação do Centro de Informação (CI) junto à Coordenação de Aspectos Ambientais da UEP. Nesse momento de planejamento anterior às obras, o CI terá como objetivo receber do público as dúvidas e reclamações que o Programa possa gerar após a fase de consulta pública encerrada durante a preparação do Programa, funcionando complementarmente a esse processo. As atividades do CI inserido na UEP serão complementadas pelos CI a serem implantados na fase de obra nos canteiros das construtoras (Fase de Construção, a seguir).

2. Fase de Construção

Nesta fase, a Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de João Pessoa será aparelhada para a prestação de informações como:

- Localização das intervenções e das áreas no entorno que poderão receber impactos socioambientais das obras projetadas; suas características específicas (cronogramas, métodos construtivos, áreas de apoio, etc.); e os planos socioambientais previstos para controle e mitigação de impactos;
- Divulgação da Ouvidoria e outros meios de comunicação direta com a Prefeitura de João Pessoa.
- Divulgação dos CI (s) instalados na UEP do Programa e nos canteiros de obra nas áreas de intervenção

As empresas construtoras ficarão responsáveis pela divulgação de informações relacionadas com as intervenções, tais como:

- Alterações de itinerário e pontos de parada do transporte coletivo;
- Particularidades locais referentes à interrupção e/ou desvios de tráfego durante as obras, além de eventuais interrupções temporárias nas infraestruturas e equipamentos públicos.
- Atendimento de demandas do público de entorno da obra, referentes à operação de máquinas e equipamentos, geração de ruídos e material particulado, etc.

Para tanto serão montados e mantidos durante toda a fase de construção os Centros de Informação (CI) já mencionados. Trata-se da implantação de estruturas locais para atendimento ao público-alvo, no Complexo Beira Rio. Nesses locais, serão implantadas salas de atendimento com cópias de documentos técnicos (plantas do projeto e cópias deste estudo ambiental), além de material de divulgação em geral.

Profissionais devidamente capacitados para o atendimento do público estarão presentes para informar, esclarecer as dúvidas, e também para registrar e encaminhar demandas mais complexas para as áreas competentes. Também estará estabelecido um sistema para recepção e gestão das queixas da população a respeito das obras e atividades realizadas pelas distintas empresas (construtoras ou outras) atuando para o Programa.

Esse sistema incluirá um cadastro organizado e permanentemente atualizado com o registro de todas as queixas recebidas e de todas as atividades de gestão realizadas, até o seu atendimento completo, conforme atestado por escrito pela pessoa física ou jurídica que tenha feito a queixa. Caberá à Coordenação de Aspectos Ambientais da UEP fiscalizar o efetivo atendimento das demandas e a adequação das soluções oferecidas.

Campanha de divulgação prévia à entrega das obras

Na fase final de obras financiadas pelo Programa, dar-se-á ampla divulgação aos benefícios esperados com as obras no Complexo Beira Rio.

3. Fase de Operação

Divulgação das melhorias obtidas com a implantação da ligação viária - Decorridos seis meses da entrega das obras projetadas, estima-se que todos os benefícios ambientais diretos e indiretos almejados pelo Projeto João Pessoa Sustentável tenham sido alcançados.

Atividade 4 - Estruturação e Operação do Banco de Dados, Monitoramento e Avaliação

O Programa deverá estruturar e manter um Sistema de Informações com o cadastro organizado de todas as ações de comunicação, as demandas surgidas ao longo do período de planejamento, obras e entrada em operação das intervenções. Isto abrange as demandas oriundas de diferentes fontes, tais como imprensa, Ouvidoria e Centros de Informações, além de demandas originadas em outros programas socioambientais. Este sistema deverá proporcionar à Prefeitura Municipal de João Pessoa as ferramentas para identificar, sistematizar e organizar continuamente informações sobre:

- Os tipos de demandas e reivindicações, sua intensidade e localização;
- As soluções e encaminhamentos realizados;
- A imagem do empreendedor em seus esforços de atendimento a demandas e resultados atingidos.

Responsabilidade de Execução do Programa

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da UEP e da Secretaria de Comunicação Social, será responsável pela implementação das ações de informação durante o planejamento e construção, em articulação com as áreas de comunicação das empresas construtoras responsáveis pela obra. As ações da etapa de operação serão de responsabilidade da Prefeitura de João Pessoa, por meio da UEP.

1.5 Educação Ambiental e Sanitária (PEAS)

1.5.1 Introdução

O Programa de Educação Ambiental e Sanitária do Projeto em questão é um conjunto integrado de proposições, ações e metodologias para uma educação ambiental local. Estará voltada para a população diretamente afetada, tendo como objetivo maior transformar a preocupação ambiental em prática, baseada nas questões experimentadas pela população local no seu cotidiano.

1.5.2 Objetivo Geral

Possibilitar o conhecimento pela população da importância das ações do Projeto em questão, conscientizando a comunidade e objetivando torná-la parceira na recuperação das áreas degradadas e na manutenção dos parques a serem implantados, garantindo sua conservação.

Destaca-se a importância dos objetivos voltados para a população inserida nos reassentamentos. O PEAS a ser desenvolvido deverá conter ações específicas de sensibilização e conscientização ambiental das populações de tais localidades. Tais famílias vivem em habitações com precárias condições de salubridade, originadas em muitos casos, pela ausência de condições sanitárias mínimas em tais localidades. Neste sentido, um amplo programa de educação ambiental que proporcione novos padrões de comportamento, a partir das intervenções propostas, torna-se um imperativo para que se atinja um dos objetivos do Projeto em questão, que é a melhoria da qualidade de vida da população do município, sobretudo da população diretamente afetada pelo Programa.

1.5.3 Estrutura do PEAS

O Programa de Educação Ambiental e Sanitária deve ser estruturado em ações interdependentes e complementares, assim definidas:

1.5.4 Linha de Ação 1 – Educação Ambiental para a proteção dos ativos instalados

Tem como público de referência (i) a população de João Pessoa que utilizará as estruturas urbanas e de lazer associadas à recuperação das margens dos cursos d'água, implantação do Parque Sanhauá e demais áreas verdes, de recreação e contemplação e (ii) aquela população residente no entorno das áreas dessa intervenção;

Objetivos Específicos

Prover comunicação, divulgação e intercâmbio de iniciativas na Área Sanitária e Ambiental, voltadas aos objetivos do Projeto em questão para todas as bacias afetadas e, por extensão, para a população urbana do Município de João Pessoa.

Atividades

- Disponibilizar informações sobre o PEAS para que a equipe de comunicação social faça a divulgação das ações do programa;
- Realizar levantamento para posterior divulgação de trabalhos realizados na área ambiental e educacional, entre todos os setores envolvidos, que possam ser incluídos em *link* com a rede nacional e outras redes de Educação Sanitária e Ambiental.
- Elaborar calendário de eventos e suas respectivas pautas para datas comemorativas ambientais para divulgação e troca de experiências em Educação Sanitária e Ambiental, que tenham como abrangência o Município de João Pessoa.

1.5.5 Linha de Ação 2 - Educação Ambiental Local

A linha de Ação voltada para a população diretamente afetada nas áreas onde ocorrerão as intervenções e seu entorno.

Objetivo

Divulgação de ações vinculadas a aspectos de educação sanitária e ambiental relacionadas ao objeto das obras, visando incorporar novos hábitos relativos à conservação dos sistemas de drenagem implantados, disposição de resíduos, conservação das áreas protegidas, valorização do entorno dos cursos d'água saneados e do parque linear associado à integração da paisagem da cidade.

Atividades

- Elaborar material, em conjunto com a equipe do PCS, que demonstre a importância dessa recuperação para a qualidade de vida da população de João Pessoa, apontando ações de conservação e manutenção.
- Elaborar calendário de eventos e suas respectivas pautas para datas comemorativas ambientais para divulgação e troca de experiências em Educação Ambiental e Sanitária para a população específica.
- **Linha de Ação 3 - Educação Sanitária e Ambiental para as Áreas de Reassentamento e Diretamente Afetadas/ beneficiadas pelas obras –** ações específicas para a população que deixa as áreas de risco e passa a ocupar unidades habitacionais produzidas pelo Programa em áreas dotadas

de equipamentos comunitários e sistemas de saneamento que implicarão em custos e cuidados adicionais e população individualmente beneficiada pelas obras, nos termos detalhados no PCS, quanto ao Eixo Educação Ambiental.

Objetivos:

Propiciar o desenvolvimento de práticas que promovam a manutenção e conservação dos bens adquiridos – unidades habitacionais e espaços comuns - municiando os moradores para:

- A construção de um ambiente salubre a fim de garantir a melhoria de sua qualidade de vida no novo local;
- O uso e conservação dos sistemas de saneamento implantados
- A melhoria da coleta e destinação do lixo;
- O uso correto e conservação de equipamentos como canaletas de escoamento de água, rede de esgoto e caixas de gordura;
- Evitar a alteração irregular das unidades habitacionais e de áreas comuns dos reassentamentos que venham a comprometer, de alguma forma, o que foi edificado e causar transtorno aos demais moradores;
- Proporcionar práticas que garantam a inserção social do grupo de reassentados com a população do entorno dos reassentamentos de forma a minimizar possíveis conflitos de vizinhança.
- Uso racional e sustentável de água, energia e redes de esgoto.

Atividades

- Realização de cursos de capacitação dos docentes e funcionários das unidades de ensino e de saúde do entorno transformando-os em agentes multiplicadores das práticas ambientalmente sustentáveis;
- Realização de minicursos com os diferentes grupos locais de treinamento para implantação de práticas inovadoras no trato do ambiente;
- Elaboração de material educativo como cartazes, folhetos, cartilhas e outros contendo orientação para o uso adequado dos equipamentos de infraestrutura bem como das novas moradias;
- Realização de eventos no interior de cada reassentamento trabalhando temáticas relativas a questões ambientais – tais eventos deverão absorver a população local nas atividades.

Público-alvo

Além das famílias reassentadas, o público-alvo deste programa pode compreender também:

- Corpo docente e funcionários das unidades de ensino do entorno;
- Corpo de funcionários das Unidades Básicas de Saúde;
- Grupos de mães;
- Grupos de lideranças por reassentamento.

Execução e Gestão do PEAS

As ações e atividades do Programa devem ser ordenadas pela coordenação/execução com equipes definidas no PEAS a ser elaborado. A execução de tais ações pode se dar diretamente ou por equipes externas contratadas.

A equipe técnica que cuidará da gestão do PEAS será composta por especialistas da área social e da área ambiental, visto que as ações mencionadas serão desenvolvidas nessas áreas da coordenação/execução. Caberá a essas áreas coordenar todas as ações propostas, seja a partir de elaboração interna, seja a partir da contratação de consultoria especializada para a consecução dos trabalhos. São atribuições dessa gestão:

- Coordenar a execução das ações principais propostas pelo PEAS;
- Garantir a inter-relação constante destas ações;
- Garantir a consecução dos objetivos propostos pelo programa;
- Promover a avaliação constante dos resultados do programa, propondo adaptações e complementações ao mesmo, quando seja necessário.

Cronograma

As atividades e o cronograma de implantação de cada PEAS específico serão detalhados pela coordenação/execução, área Ambiental e Social.

Custos

O custo total de montagem de cada PEAS deve ser detalhado pela coordenação/execução.

1.6 TdR Plano de Manejo da Mata do Buraquinho (PMMB)

1.6.1 Justificativas e Função

A Mata do Buraquinho se configura como uma das maiores reservas de Mata Atlântica em perímetro urbano no Brasil e a maior floresta semi-equatorial nativa em área urbana do mundo. Por estar justaposta ao Complexo Beira Rio, e por sentir efeitos de borda por conta de suas características peculiares, justifica-se a confecção de um Plano de Manejo para a totalidade desta importantíssima área, levando-se em consideração (i) os diversos atores que a utilizam (pesquisadores, escolas, público em geral), (ii) seus usos (conservação, pesquisa, lazer, educação, manancial) e sua administração (IBAMA, Estado e Prefeitura).

1.6.2 Atividades Propostas

A primeira ação a ser realizada deve ser a preparação de um Termo de Referência, em colaboração com o IBAMA/SUDEMA, para a elaboração do Plano de Manejo. Este TdR deverá contemplar o detalhamento das atividades previstas no decorrer do desenvolvimento do Plano de Manejo. Devem ser incorporados neste TdR os diplomas legais, normas e boas práticas, visando a adequada contratação dos serviços.

O TdR deve incluir as atividades descritas a seguir, que deverão ser realizadas no Plano de Manejo:

- Elaboração de Diagnóstico socioambiental da Mata do Buraquinho e entorno visando não somente o entendimento da unidade de conservação em si, mas também da sua relação com as comunidades do entorno. O diagnóstico deverá abordar, no mínimo:

- Planejamento Participativo – incluindo ações de educação ambiental e valorização social, viabilizando a participação comunitária no diagnóstico, compreendendo as percepções da UC e seu entorno e a visão de futuro, além de fornecer subsídios para o planejamento estratégico;
- Geoprocessamento – o diagnóstico deverá ser apoiado por ferramentas e produtos cartográficos desenvolvidos sobre tecnologias SIG (Sistema de Informações Georreferenciadas). As ferramentas, técnicas e métodos envolvidos neste tema deverão ser exploradas em todo o Plano de Manejo, não somente no diagnóstico, oferecendo subsídios e resultados na determinação do zoneamento, delimitação de áreas e análises.
- Estudos do Meio Físico – compreendendo análises relacionadas ao clima, relevo, geologia, recursos hídricos e pedologia.
- Estudos do Meio Biótico – compreendendo análises relacionadas à flora, avifauna, mastofauna, herpetofauna, entomofauna, aracnofauna, ictionfauna. Os estudos deverão ser realizados com coleta e observação de espécies e indivíduos, distinguindo aqueles mais representativos, seja pelo valor endêmico ou sociocultural; e identificação de qualquer espécie em perigo crítico (CR), vulneráveis (VU) ou quase ameaçadas (NT) de extinção, de acordo com a Lista Vermelha da IUCN⁵
- Estudos do Meio Socioeconômico – compreendendo estudos relacionados às pressões antrópicas identificadas dentro e fora da Unidade de Conservação (entorno imediato), a relação da população com a área e suas características. Devem ser analisados dados de demografia, economia, perfil populacional, infraestrutura (transporte, saneamento, telecomunicações), saúde, educação, condições de vida e uso e ocupação do solo.
- Aspectos Históricos e Culturais – compreendendo a relação histórico cultural das populações atuais e pretéritas com a área de estudo, presença de comunidades tradicionais, sítios históricos e arqueológicos, além da valoração dos aspectos cênicos e da natureza pela população; e identificação dos sítios de importância cultural crítica, conforme definidos na OP-703/B.9 do BID.
- Deverá compor o diagnóstico levantamentos de dados secundários e primários, estes últimos contemplando levantamentos em campo dentro e fora da UC, pesquisas com população, levantamentos amostrais da fauna e flora, etc. Explorando-se métodos e técnicas relacionadas ao planejamento participativo, educomunicação e geotecnologias.
- Determinação dos usos aplicados atualmente na Unidade de Conservação para criar uma contabilização dos usos atuais com o zoneamento, evitando a descontinuação de usos benéficos e isolamento em relação às comunidades de entorno e instituições que façam uso da UC.
- Pesquisa sobre os aspectos Institucionais do Parque, para determinar questões administrativas e de gestão.
- Pesquisa dos Recursos Financeiros atualmente disponíveis para a unidade

⁵ Como requerido pela OP-703/B.9 do BID.

- Determinação da capacidade de cooperação interinstitucional dos diversos atores envolvidos com a UC, sobretudo Prefeitura, SUDEMA, IBAMA e institutos de pesquisa/ensino.
- Avaliação Estratégica da Unidade de Conservação com enfoque na relação com a sociedade.
- Definição e determinação das Zonas de Uso – Zoneamento – contemplando as justificativas, permissões e restrições dos trechos do território da UC, de acordo com sua vocação e ambiência. Deve-se também elaborar as Normas Gerais da Unidade de Conservação.
- Elaboração da Carta de Significância.
- Programa de Manejo, subdividido em:
 - Proteção e Fiscalização
 - Educação Ambiental
 - Pesquisa
 - Manejo
- Programa de Gestão, subdividido em:
 - Administração e Gestão
 - Infraestrutura e Manutenção
 - Fortalecimento da Cooperação Interinstitucional
 - Gestão de Recursos Humanos
- Proposta de Adequação da Infraestrutura

1.6.3 Responsabilidade pelos custos e execução

Os custos de elaboração dos TDR e do Plano de Manejo são de responsabilidade da administração do Programa João Pessoa Sustentável. A Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da UEP, deverá promover convenio de cooperação técnica com o IBAMA visando garantir a colaboração dessas instituições para a elaboração do Plano de Manejo.

1.6.4 Responsável pela Execução

A preparação do PMMB deverá ficar sob responsabilidade da UEP.

1.6.5 Cronograma

Deverá ser definido em colaboração com o IBAMA/SUDEMA.

1.7 Proteção e Recuperação do Mangue nas Áreas afetadas (PRM)

Os objetivos desse programa devem ser direcionados para ações de recuperação necessárias nas áreas de mangue comprometidas, no entorno do Lixão do Roger.

Os TdRs para esse programa deverão ser desenvolvidos pela SEMAM e a contratação do programa deve ser parte dos recursos de gestão ambiental propostos no MGAS.

Trata-se de ações simples de isolamento da área afetada, instruções para a operação de máquinas e equipamentos que não afetem os taludes e a vegetação existente, definição da área passível de recuperação e, em alguns casos, o reafeiçoamento da

área, onde o mangue antes existente não seja passível de recuperação pela inserção na malha urbana consolidada. O programa deverá considerar as etapas mínimas identificadas para a recomposição de área de mangue, tais como:

1. Características edáficas (conteúdo de matéria orgânica, granulometria) e hidrodinâmica da área (amplitude das marés, fluxos de água, níveis extremos de salinidade);
2. Reconstituição do gradiente ambiental a partir do levantamento de áreas não afetadas com o impacto;
3. Regime de chuvas na região: identificação dos períodos de seca prolongados e quando esses podem ocorrer;
4. Hidroperíodo mais compatível com a colonização natural pelas espécies típicas de mangue;
5. Compatibilidade entre os picos de produção das espécies com a escolha da espécie para produção de mudas – presença de mudas viáveis na área ou na região do projeto;
6. Presença de predadores das mudas (principalmente caranguejos e alguns mamíferos roedores).

O programa de recuperação do manguezal deverá ser conduzido pela SEMAM, como parte de suas atividades de controle e gestão ambiental que deverá elaborar o TdR e contratar a execução do PRM.

1.7.1 Responsável pelos Custos e Execução

Os custos do PRM deverão ocorrer sob responsabilidade do Programa. A execução ficará sob responsabilidade de empresa especializada, a ser contratada pela SEMAM, que deverá acompanhar os trabalhos e resultados.

1.8 Gestão de Riscos de Desastres Naturais (PGRD)

O PGRD visa dotar o Programa de instrumentos que garantam melhor gestão dos riscos de desastre. Tais instrumentos devem preparar a prefeitura e suas autarquias para prevenir, mitigar e responder em caso de eventos extremos, reduzindo perdas humanas e prejuízos socioambientais.

Para tanto deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- **Gestão das áreas de risco, especialmente para prevenir e mitigar inundações, erosão e desmoronamentos (como por exemplo, identificação e mapeamento de áreas de risco, limpeza de redes, remoção de resíduos e escombros, obras de contenção, entre outras medidas):**
 - a) **Mapeamento e manutenção de uma base de dados sobre as áreas de risco, identificando o tipo de risco associado e as ações a serem tomadas.**

Qualquer tomada de decisão durante eventos extremos depende de um bom conhecimento do território, sobretudo onde estão as áreas

de risco, bem como a tipificação do risco associado ao local (alagamentos, movimento de massa...); assim, é importante a elaboração de um estudo e mapeamento destas áreas, com revisão periódica.

b) Manutenção adequada do sistema de drenagem urbano, com checagem periódica e limpeza de tubulações, canais e demais elementos da drenagem.

Eventos pluviométricos extremos podem ter seus efeitos ampliados em áreas urbanas com sistema de drenagem deficiente, estrangulado ou sem limpeza adequada, neste sentido é importante que sejam tomadas medidas para a manutenção contínua destes sistemas, essa manutenção poderá levar em consideração as estações do ano para ter sua eficiente ampliada.

- **Elaboração de um sistema de atuação emergencial**

Deverá ser elaborado um sistema que norteie as ações em caso de emergência, este sistema deverá identificar efetivamente os uma tipificação dos desastres a que João Pessoa está sujeito, estabelecendo um conjunto de protocolos a serem seguidos não somente pela defesa civil, mas por outros órgãos envolvidos na segurança da população.

Entre as ações estabelecidas nos protocolos deverão constar, entre outros: (i) identificação dos locais de segurança (ii) pontos de encontro e comunicação, (iii) evacuação de população, (iv) abrigo e alimentação a afetados (v) sistema de aviso “multicanal” (sirenes, via telefone, mensagens em celular, rádio/tv), tal sistema deverá ser elaborado junto às populações em áreas de risco, de forma que as pessoas saibam como agir e para onde ir em caso de casos extremos.

- **Aparelhar e dotar a equipe da defesa civil para o atendimento rápido e eficiente em caso de desastres naturais**

A equipe da defesa civil deverá estar preparada para rápidas respostas, para tanto é necessário o investimento na formação pessoal dos membros da equipe, bem como da disposição de equipamentos de comunicação, veículos adequados, equipamentos de suporte a vida que possibilitem a resposta adequada em eventos extremos. Neste sentido é importante também uma boa coordenação institucional entre defesa civil, corpo de bombeiros, hospitais, SAMU, guarda civil entre outros. Essa gestão institucional deve estar vinculada ao CCC, que terá entre suas funções a de coordenar alertas contra enchentes, controle de recursos humanos e requerimentos para atendimento de emergências.

1.9 Reassentamento de População e Atividades Econômicas - Resumo indicativo do PDRR – 2017⁶

O Programa de Desenvolvimento Integral Sustentável, através do seu subcomponente *Urbanização das comunidades dos Complexos Beira Rio (CBR)* promoverá, nas oito comunidades do CBR substituição de moradias de risco por moradias dignas para 840

⁶ Plano Diretor da Relocalização de População e Reinstalação de Atividades Econômicas (PDRR) – documento de avaliação social contratado na preparação do Programa - a íntegra do documento já foi entregue ao Banco e está disponível para consulta.

famílias de baixa renda residentes em 761 moradias precárias. Adicionalmente apoiará reinstalação e desenvolvimento para 11 casos de atividades econômicas desenvolvidas em edificações na mesma situação, totalizando assim 851 casos. Esse processo irá requerer, evidentemente, deslocamento da população e atividades econômicas dos imóveis em risco, para os novos imóveis que serão construídos através do Programa. Para regular a implantação dos processos de reassentamento de população vinculados ao Programa, foi elaborado em 2017 o Plano Diretor da Relocalização de População e Reinstalação de Atividades Econômicas (PDRR), considerando o processo no Complexo Beira Rio.

O PDRR deve ser entendido como o marco de referência para condução do processo de relocalização no âmbito do Programa. O Plano oferece um conjunto de diretrizes, normas e procedimentos reguladores da preparação e implantação dos processos de relocalização que irão ocorrer nas oito comunidades do Complexo Beira Rio. Indica também um modelo de relocalização contemplando modalidades operacionais para substituição de moradias de risco por moradias dignas, bem como as maneiras para implanta-las com participação da população. Indica ações a serem desenvolvidas nas considerando as três fases do processo de relocalização: preparação- pré traslado; traslado, e pós traslado. O Plano considera, ao lado da população, o tema das atividades econômicas, apontando soluções para sua reinserção e desenvolvimento. O PDRR hierarquiza a implantação do processo de relocalização entre as oito comunidades do CBR, explicitando prazos e custos para substituir moradias risco e reinstalar atividades econômicas. O Plano conta, também, com Calendário de Referência para implantação do processo nas comunidades do Complexo Beira bem como com uma estimativa de custos para implantação e monitoramento do processo.

Constitui público alvo do PDRR 2017, 840 famílias residentes em moradias em risco e/ou apresentando desconformidades urbanísticas e ambientais, no Complexo Beira Rio e 43 casos de atividades econômicas desenvolvidas em imóveis em risco e/ou apresentando desconformidades urbanísticas e ambientais, das quais 32 desenvolvidas na própria moradia e 11 em imóveis comerciais. O Plano informa que a quantidade do público alvo deverá ser revalidada quando da elaboração dos projetos executivos de relocalização (PERR) a ser elaborado para cada comunidade sob as diretrizes, normas e procedimentos enunciados no Plano. Para garantia dos recursos reservadas no contrato de empréstimo para o processo de substituição de moradias de risco, o PDRR recomenda adoção, imediatamente após assinatura do contrato de empréstimo, das ações de controle de ocupação da área.

A população alvo da substituição de moradias é representada por 840 famílias, congregando um contingente de 2.940 pessoas. Essa população apresenta as seguintes características: (i) Predominância de ocupações de subsistência ligadas ao mercado informal; (ii) Baixa renda, com 80% das famílias subsistindo com até um salário mínimo; (iii) construção e ocupação irregular de terreno e da moradia; (iv) predominância de mulheres chefiando as famílias (44% considerando todas as comunidades do CBR) sendo que em algumas comunidades do CBR como Brasília de Palha, mulheres chefes de família correspondem a 52% do universo (v) baixa escolaridade, com predominância de pessoas com fundamental e primeiro grau incompleto, (64%) além de participação expressiva de pessoas adultas não alfabetizadas e somente alfabetizados (12%). Com relação as atividades econômicas, além dos 11 casos desenvolvidos em edificações comerciais, o Programa contribuirá, também, para o desenvolvimento de 32 casos desenvolvidos dentro das moradias, totalizando assim apoio ao desenvolvimento de 43 casos de atividades econômicas. Tanto as atividades econômicas desenvolvidas na própria moradia, como aquelas

operando em imóveis comerciais, a característica básica é a informalidade, e todas as dificuldades daí decorrentes. Os principais ramos aos quais estão vinculadas as atividades econômicas são: Fiteiro (40%); mercadinhos e lanchonetes (17%) venda de roupas (10%); seguidas, com menor importância de uma série de outras atividades como oficina mecânica, marmitaria; conserto de eletrodoméstico, serralheria, borracharia, entre outros que podem ser apreciados no Anexo único deste resumo, incluído ao final deste texto.

Os principais impactos do processo de substituição de moradias visualizados até o momento são: (i) contribuição à redução do déficit de moradias dignas em João Pessoa (ii) melhora na saúde da população em função da saída de uma situação crítica de saneamento para uma situação totalmente saneada; (iii) acesso à propriedade, considerando que em seus locais originais, a ocupação do imóvel é irregular; Para aqueles que não estão em situação de risco e portanto não serão beneficiados por uma nova moradia, permanecendo nas comunidades, os benefícios estão embutidos no processo de regularização fundiária proposta no PDRR; (v) dinamização do setor da construção civil (construção de 840 novas moradias); No caso das atividades econômicas os principais impactos favoráveis : (i) o desenvolvimento da atividade em imóvel regularizado, de propriedade do beneficiário, seja ela originalmente desenvolvida na própria moradia ou em local específico, (ii) desenvolvimento econômico, de pequenos negócios regularizados, propiciando com isso acesso à linhas de microcrédito e melhores faturamentos. Como impactos desfavoráveis é passível de ocorrência surgimento de clima de stress social, em função da implantação processual, por comunidade, das ações de realocação, e esse impacto poderá ser evitado com a instalação dos escritórios locais em cada comunidade através dos quais serão conduzidas ações permanentes de esclarecimentos, além de outras atividades capitais do processo de realocação, especificadas no item Diretrizes, Normas e Procedimentos do PDRR.

Os resultados dos estudos e pesquisas realizados apontaram que (i) no Complexo Beira Rio existiam 1.866 edificações e que deste total, 772 delas (41%) estavam em diversas situações de risco, sendo a mais expressivas aquelas edificações com risco de alagamento (56%) e edificações obstruindo acessibilidade, construídas sobre acessos e calçadas.

1.10 Estimativa de Custos

Esses custos deverão ser utilizados ao longo dos 5 anos de execução do Programa e estão preliminarmente distribuídos como segue (em US\$).

Tabela 1 – Estimativa de Custos

Programa	Custos US\$ mil	Indicadores
Sistema de Gestão Ambiental	Custos incluídos na administração do Programa	Incluídos no documento SGA.
Avaliação Ambiental, Divulgação e Consulta Pública - AA	300	Cada intervenção do Programa com AA correspondente e processo de consulta pública comprovado.
Controle Ambiental de Obras - PCAO	Custos incluídos na contratação de Obra	Pelo menos 70% de contratação de mão de obra local e 100% dos resíduos gerados nos canteiros de obra tratados

Programa	Custos US\$ mil	Indicadores
Comunicação Social - PCS	450	100% dos centros de comunicação implantados e operacionais e 70% das queixas pactuadas e resolvidas em até 30 dias
Educação Ambiental e Sanitária - PEAS	450	90% dos eventos do calendário semestral de eventos realizados
TdR e Plano de Manejo Mata do Buraquinho - PMMB	300	TdR elaborado e entregue à ao IBAMA/SUDEMA
Proteção e Recuperação de Mangues em área afetadas - PRM	400	100% das áreas de intervenção com mangue recuperado
Gestão de Riscos de Desastres Naturais - PGRD	A ser definido: - obras de contenção de encostas e área de risco - Mapeamento de áreas de risco - Sistema de Ação emergencial	- Redução de moradias em área de risco na área do Programa - Mapeamento de Áreas de Risco elaborado - Sistema de Ação Emergência elaborado e Implementado
Programa de Reassentamento Involuntário - PDDR	Custos definidos no PDDR	Indicadores no PDDR
Total parcial	1.900	

Elaboração: Equipe Técnica.